

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna RAINT/2025

Rio de Janeiro

Março/2026

Sumário

I - Introdução	3
II - Alocação efetiva da força de trabalho durante a execução do PAINT/2025	3
III – Posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos no PAINT 2025	6
III.1) Relatório nº 02/2025: Avaliação do Processo de acompanhamento, prestação de contas e efetividade de projetos de desenvolvimento audiovisual financiados com recursos públicos federais do Fundo Setorial do Audiovisual.	8
III.2) Relatório nº 03/2025: Avaliação da base de dados de orçamentos de projetos audiovisuais submetidos à aprovação da ANCINE	9
III.3) Relatório nº 05/2025: Avaliação sobre o cumprimento dos requisitos de cálculo, aplicação e recolhimento dos créditos tributários decorrentes do inciso X do Art. 39, da Medida Provisória nº 2.228-1/2001, e dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993.	9
III.4) Relatório nº 04/2025: Auditoria financeira e de conformidade em informações financeiras e contábeis registradas no SIAFI.....	10
III.5) Análise da conformidade da Instrução do processo de Tomada de Contas Especial.	11
IV – Descrição de fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria	11
IV.1) Impactos positivos	11
IV.2) Impactos negativos	13
V – Quadro demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da Auditoria Interna ao longo do exercício	14
VI – Resultados do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade – PGMQ.....	17
VII – Considerações finais.....	20
VIII – Encaminhamentos.....	21

I - Introdução

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) constitui o instrumento formal de prestação de contas das atividades desenvolvidas pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) no exercício, apresentando a consolidação das ações executadas em comparação com o previsto no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), bem como eventuais atividades não planejadas que demandaram atuação da unidade no decorrer do período.

A elaboração do RRAINT possui fundamento no Capítulo III da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05, de 27 de agosto de 2021, bem como na Resolução de Diretoria Colegiada ANCINE nº 103, de 13 de outubro de 2020 (atualizada pela RDC nº 130, de 6 de abril de 2023), no que se refere à divulgação das informações relativas à execução do PAINT pela Auditoria Interna (AUD) da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) no exercício de 2025.

Em conformidade com o art. 15 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021, o presente Relatório contempla, no mínimo, as seguintes informações:

- a) quadro demonstrativo da alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do PAINT;
- b) posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos no PAINT, indicando aqueles finalizados, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão inicial;
- c) descrição de fatos relevantes que impactaram a execução das atividades;
- d) quadro demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros auferidos em decorrência da atuação da Auditoria Interna, nos termos da Instrução Normativa SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020; e
- e) resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).

Nos termos dos arts. 12 a 14 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021 e do art. 11, inciso XVIII, do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada nº 103/2020, o RRAINT será submetido à Diretoria Colegiada da ANCINE, encaminhado à Controladoria-Geral da União (CGU) e publicado no sítio eletrônico da Agência até o último dia útil do mês de março de 2026.

A seguir, são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna da ANCINE no exercício de 2025.

II - Alocação efetiva da força de trabalho durante a execução do PAINT/2025

De acordo com a programação incluída no PAINT do exercício de 2025, os cálculos foram realizados utilizando como base 06 servidores, que atuaram em todo o exercício. Assim, foi estimada a quantidade de horas efetivas, considerando feriados, pontos facultativos e férias, da seguinte maneira: 8 horas por dia x 230 dias úteis x 6 auditores(as) = 11.040 horas.

No Quadro 01, apresenta-se sinteticamente a alocação efetiva da força de trabalho da Auditoria Interna para a realização das atividades constantes no PAINT 2025.

Quadro 01 - Alocação efetiva da força de trabalho da Auditoria Interna em 2025

Atividade	Horas Utilizadas
Serviços de Auditoria	8.640
Capacitação	540
Monitoramento de recomendações	360
Gestão e Melhoria da Qualidade	380
Gestão Interna da UAIG (PAINT, RAIN, Parecer, Supervisão etc.)	640
Outros (Parecer TCEs)	480
Total	11.040

Fonte: elaborado pela Auditoria Interna / ANCINE

Conforme previsto no PAINT 2025 e em comparação com os serviços efetivamente executados, destaca-se a realização de auditorias nas modalidades **Avaliação e Consultoria**, com foco em temas estruturantes e de elevado impacto institucional para a ANCINE. Os trabalhos abrangeram áreas críticas da governança e da sustentabilidade financeira da Agência, tais como licitações e contratações públicas, auditoria financeira, base parametrizada de orçamentos de projetos audiovisuais, alocação e recolhimento de incentivos fiscais, desenvolvimento de projetos audiovisuais e cálculo do retorno financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Também foi realizada auditoria preventiva em processos licitatórios por meio do Sistema Alice, fortalecendo a atuação antecipatória da Auditoria Interna na mitigação de riscos relevantes.

Além disso, os serviços de assessoramento técnico à alta gestão contribuíram diretamente para o aprimoramento da tomada de decisão estratégica, para a modernização de processos e para o fortalecimento dos mecanismos de governança, gestão de riscos e controles internos, evidenciando o papel da Auditoria Interna não apenas como instância de avaliação, mas como agente indutor de melhorias estruturais e de geração de valor público.

Registra-se, ainda, a inclusão superveniente de trabalho de consultoria, por solicitação da Presidência da ANCINE (Alta Administração), referente ao **Projeto Malha Fina ANCINE (Ciclo 2025-2026)**, cuja execução demandou relevante alocação de horas da equipe ao longo de 2025, com previsão de conclusão em março de 2026. A iniciativa, não originalmente prevista no PAINT, foi incorporada em razão de sua natureza estratégica e de seu potencial impacto estrutural sobre a política de fiscalização da Agência. O trabalho envolveu o aprimoramento metodológico do modelo de análise baseada em riscos, com o uso de inteligência artificial, consolidação de trilhas automatizadas e fortalecimento de mecanismos de priorização técnica, especialmente voltados à mitigação de riscos prescritivos e à redução de passivos históricos de análises de prestações de contas de projetos audiovisuais fomentados com recursos públicos federais administrados pela Agência.

A absorção dessa demanda extraordinária evidencia a capacidade adaptativa da Auditoria Interna, bem como seu alinhamento às prioridades institucionais da Agência, reafirmando seu papel como instância técnica de apoio à modernização da gestão, à racionalização de processos e à geração de valor público.

No campo das consultorias técnicas, a Auditoria Interna executou, ao longo de 2025, **11 ações de assessoramento estratégico**, voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da Agência. Essas atuações abrangeram, entre outros temas, a ampliação da metodologia ágil de análise de prestações de contas, o aperfeiçoamento dos registros contábeis e o monitoramento de recomendações relacionadas às operações do FSA, bem como o assessoramento técnico no desenvolvimento de soluções baseadas em dados e inteligência artificial aplicadas à fiscalização.

Destaca-se, ainda, a participação ativa de membros da Auditoria Interna no processo de validação externa do Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), no âmbito da Rede Qualifica/CGU, reforçando o compromisso institucional com a maturidade técnica, a padronização metodológica e a melhoria contínua da atividade de auditoria governamental no âmbito federal.

Essas iniciativas produziram efeitos estruturantes sobre a qualidade da informação contábil, o monitoramento de riscos, a racionalização de fluxos processuais e a consolidação de práticas alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais de auditoria governamental, contribuindo para o fortalecimento sistêmico da governança e para a sustentabilidade das decisões institucionais.

No tocante à Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ – 380 horas), as ações desenvolvidas ao longo de 2025 foram determinantes para a consolidação do processo evolutivo da Auditoria Interna e para o alcance do **Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM)**. A execução sistemática de autoavaliações, a revisão estruturada de artefatos, o aperfeiçoamento de fluxos internos e o fortalecimento dos mecanismos de supervisão e monitoramento contribuíram para a institucionalização de práticas alinhadas a altos padrões de qualidade em termos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

Esse conjunto de iniciativas culminou na validação externa do Nível 2 do IA-CM, realizada pela CGU, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Trata-se de reconhecimento que atesta a maturidade institucional da UAIG da ANCINE, a conformidade de seus processos com referenciais estruturados e sua aderência às boas práticas nacionais e internacionais de auditoria governamental. O resultado evidencia não apenas conformidade normativa, mas avanço consistente na capacidade técnica, na padronização metodológica e na agregação de valor à Agência.

Desse modo, observa-se que a distribuição da força de trabalho ao longo do exercício evidenciou adequado equilíbrio entre atividades finalísticas — serviços de auditoria e consultoria — e atividades estruturantes, como gestão interna, monitoramento de recomendações e gestão da qualidade. Essa alocação demonstra maturidade institucional da UAIG, alinhamento às prioridades estratégicas da Agência e capacidade de atuação integrada e equilibrada entre avaliação, assessoramento e fortalecimento de processos internos.

Ressalta-se, ainda, que a Auditoria Interna demonstrou elevada capacidade adaptativa ao absorver demandas extraordinárias de caráter estratégico — como o Projeto Malha Fina ANCINE (Ciclo 2025-2026) e o alto número de ações de assessoramento estratégico à Alta Gestão — sem prejuízo das entregas originalmente previstas no PAINT. Tal desempenho evidencia comprometimento técnico da equipe, flexibilidade operacional e foco consistente na geração de valor público e na mitigação de riscos institucionais relevantes identificados no decorrer do exercício.

O desempenho observado no exercício demonstra não apenas maturidade da capacidade operacional, mas consolidação institucional da Auditoria Interna como instância estratégica de

governança, integrada ao planejamento estratégico da Agência e orientada à proteção do erário, ao aprimoramento contínuo dos processos e à sustentabilidade das políticas públicas do setor audiovisual brasileiro.

III – Posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos no PAINT 2025

(concluídos, pendentes, não realizados/cancelados e realizados sem previsão no PAINT)

Serviços de auditoria executados

Em 2025, conforme previsto no PAINT e em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional 2025–2027, a Auditoria Interna da ANCINE executou as ações programadas para o exercício, consolidando sua atuação como instância independente de avaliação e assessoramento à Alta Administração.

Ao longo do exercício, foram realizados **12 (doze) serviços de auditoria**, sendo **09 (nove) do tipo Avaliação, 01 (uma) do tipo Apuração e 02 (dois) do tipo Consultoria**, além de **11 (onze) ações de assessoramento estratégico** voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da Agência.

No âmbito dos serviços de Avaliação, destacaram-se trabalhos em temas estruturantes para a sustentabilidade da política pública audiovisual, incluindo a auditoria da Base Parametrizada de orçamentos de projetos audiovisuais, a auditoria sobre aplicação e recolhimento de Incentivos Fiscais (arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e art. 39, X, da MP nº 2.228-1/2001), auditorias relacionadas à governança financeira e à conformidade de processos finalísticos, além da atuação preventiva em contratações públicas por meio do Sistema ALICE.

Registra-se que 01 (um) serviço de auditoria do tipo Avaliação permanece em execução ao final do exercício, referente ao cálculo, cobrança e recolhimento do retorno financeiro do FSA, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para abril de 2026, já formalmente incluído no escopo do PAINT 2026 para fins de continuidade. A reprogramação decorreu da complexidade técnica e da materialidade financeira envolvida, demandando aprofundamento das análises relativas à integridade arrecadatória e à supervisão da atuação do agente financeiro.

Além dos serviços previstos no PAINT, houve a incorporação de demanda estratégica superveniente, por solicitação da Presidência da ANCINE, relacionada ao Projeto Malha Fina ANCINE (Ciclo 2025–2026), cuja execução demandou significativa alocação de horas ao longo do exercício, evidenciando a capacidade adaptativa da Auditoria Interna frente a prioridades institucionais emergentes.

O serviço de Consultoria concentrou-se na consolidação e evolução do Projeto Malha Fina ANCINE, com aprimoramento metodológico do modelo de fiscalização baseada em risco, aprofundamento do uso de inteligência artificial e fortalecimento de critérios técnicos de priorização, contribuindo para a racionalização do tratamento do passivo acumulado e para a institucionalização de um modelo permanente de análise orientada por dados.

No campo do assessoramento estratégico, as 11 ações realizadas abrangeram, entre outros temas, a ampliação da metodologia ágil de análise de prestações de contas, o aperfeiçoamento dos registros contábeis do FSA, o monitoramento de recomendações, a validação do Nível 2 do IA-CM, o desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial para leitura automatizada de

documentos fiscais e a estruturação de metodologia para tratamento de processos potencialmente prescritos.

Não houve cancelamento de trabalhos previstos no PAINT 2025, tampouco descontinuidade de ações programadas, tendo sido integralmente cumprido o planejamento estabelecido para o exercício, com ajustes pontuais de priorização devidamente justificados.

As informações consolidadas das ações executadas em 2025 são evidenciadas no Quadro 02.

Quadro 02 – Situação dos trabalhos de auditoria executados em 2025

ID Eaud /SEI	Tipo de serviço	Objeto auditado	Situação
#1783425	Avaliação	Processos de contratações conduzidos pela ANCINE	Concluído – RAI nº 01/2025
#1858480	Avaliação	Processo de conformidade das informações contábeis e financeiras 2025	Concluído – RAI nº 04/2025
#1760255	Avaliação	Avaliação da base de dados de orçamentos de projetos audiovisuais submetidos à aprovação da ANCINE	Concluído – RAI nº 03/2025
#1824059	Avaliação	Adequabilidade da aplicação e do recolhimento dos créditos tributários decorrentes do inciso X do Art. 39 da MPV 2.228-1/2001 (Condecine Internacional) e dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993	Concluído – RAI nº 05/2025
#1759872	Avaliação	Processo de concessão de fomento direto, para ações de desenvolvimento de projetos audiovisuais	Concluído – RAI nº 02/2025
#1858496	Avaliação	Processo de cálculo, cobrança e recolhimento do retorno financeiro do FSA	Em andamento – RAI nº 06/2025
#1917233 #1827843 #1833055 #1833873 #1836110 #1837913 #1862125 #1900851 #1924034	Avaliação	Editais de licitações (sistema Alice/CGU)	Concluído – RAI nº 07/2025
	Avaliação	Prestação de contas anual da ANCINE	Concluído
#1824461 #1872327	Consultoria	Consultoria em Governança Institucional, Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade	Concluído
# 1765964	Avaliação	Projeto Malha Fina (Ciclo 2025-2026)	Em andamento – RAI nº 08/2025
#1783425	Apuração	Apuração decorrente de denúncia recebida pela Ouvidoria-Geral da Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Nota de Auditoria AUD nº 01/2025
#1791159 #1791172 #1791176 #1795066 #1797362 #1858867 #1872332 #1894998 #1917209	Consultoria	Assessoramento Estratégico	Concluído

Fonte: elaborado pela Auditoria Interna / ANCINE

Auditoria Preventiva

No âmbito da atuação preventiva em contratações públicas, a Auditoria Interna analisou 100% dos alertas gerados pelo Sistema ALICE (Analisador de Licitações, Contratos e Editais) ao longo do exercício, totalizando 09 alertas examinados. Cada apontamento foi submetido a análise técnica individualizada, de acordo com a capacidade operacional da equipe, com avaliação da materialidade, relevância e potencial impacto sobre a regularidade e economicidade das contratações.

Do total analisado, 08 alertas foram arquivados, por ausência de capacidade da equipe ou por se tratarem de indícios improcedentes, por não representarem risco relevante à gestão, após verificação documental e contextualização dos achados no âmbito dos respectivos processos administrativos.

Em contrapartida, destaca-se a avaliação preventiva do processo de contratação para aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado destinados ao Escritório Central da ANCINE, com valor estimado de R\$ 458.694,86. Foram identificadas fragilidades no planejamento da contratação, especialmente quanto ao dimensionamento do quantitativo, inconsistências na previsão dos serviços de instalação, limitações na metodologia de pesquisa de preços e ausência de fundamentação técnica robusta para o não parcelamento do objeto.

A intervenção da Auditoria Interna resultou na suspensão do certame e no posterior cancelamento do processo ao final do exercício, prevenindo potenciais prejuízos decorrentes de fragilidades no planejamento da contratação e afastando riscos de sobrepreço e de responsabilização.

A utilização do Sistema ALICE consolidou-se, assim, como instrumento efetivo de atuação antecipatória, como controle interno preventivo, fortalecendo a governança das contratações públicas e conferindo maior racionalidade, segurança jurídica e eficiência aos processos decisórios da Agência.

Para melhor elucidação dos trabalhos realizados no exercício de 2025, apresentam-se a seguir os principais achados de auditoria e as recomendações expedidas pela Auditoria Interna, com vistas à correção de fragilidades identificadas, à mitigação de riscos institucionais relevantes e ao aprimoramento dos processos relacionados aos objetos auditados, em alinhamento às normas aplicáveis e às prioridades estratégicas da Agência.

III.1) Relatório nº 02/2025: Avaliação do Processo de acompanhamento, prestação de contas e efetividade de projetos de desenvolvimento audiovisual financiados com recursos públicos federais do Fundo Setorial do Audiovisual.

A auditoria avaliou a efetividade da linha de fomento ao desenvolvimento de projetos audiovisuais executada pela ANCINE, examinando seu alinhamento à Política Nacional do Cinema, os mecanismos de monitoramento adotados e os resultados concretos alcançados.

Verificou-se adequada estruturação formal dos instrumentos de seleção pública, com editais alinhados aos objetivos estratégicos da política audiovisual — estímulo à produção independente, à diversidade de formatos e à regionalização do setor. Contudo, os testes realizados evidenciaram fragilidades relevantes na mensuração de resultados e na conversão dos projetos desenvolvidos em obras audiovisuais efetivamente produzidas, distribuídas ou exibidas comercialmente.

Em amostra analisada das Chamadas Públicas PRODAV 04 e 05, constatou-se que apenas 11% dos 189 projetos apoiados resultaram em obras comprovadamente produzidas, revelando diminuta taxa de

conversão (haja vista os termos editalícios) e ausência de mecanismos institucionais capazes de integrar a fase de desenvolvimento às etapas subsequentes da cadeia produtiva do audiovisual.

Concluiu-se pela necessidade de aprimoramento do desenho da linha de fomento, com ênfase na implementação de instrumentos de monitoramento de resultados e na articulação entre as fases de desenvolvimento e produção, a fim de assegurar maior efetividade, mensurabilidade e retorno do investimento público aplicado ao setor audiovisual brasileiro.

III.2) Relatório nº 03/2025: Avaliação da base de dados de orçamentos de projetos audiovisuais submetidos à aprovação da ANCINE

A auditoria avaliou a estrutura, a governança e a utilização da base de dados parametrizada de orçamentos de projetos audiovisuais da ANCINE, examinando sua confiabilidade como instrumento de apoio à decisão, de controle interno e de execução de políticas públicas.

Verificou-se que a constituição da base representa avanço relevante na padronização técnica e na racionalização da análise orçamentária, configurando instrumento estratégico para a atuação regulatória da Agência. Contudo, as análises realizadas evidenciaram oportunidades de aprimoramento quanto à formalização das premissas técnicas adotadas, à metodologia de atualização monetária, ao fortalecimento da curadoria e governança de dados e à ampliação da aderência da base às dinâmicas de execução dos projetos audiovisuais.

Observou-se, ainda, que determinados procedimentos operacionais — especialmente no fluxo de análise e reenquadramento orçamentário e na utilização da base de dados em distintas etapas do ciclo de fomento — podem ser aperfeiçoados para reforçar a consistência das decisões e a integridade informacional do modelo.

Concluiu-se pela necessidade de evolução metodológica gradual da base parametrizada, com fortalecimento de sua governança, consolidação de diretrizes de atualização monetária, formalização de premissas técnicas e incorporação progressiva de dados de execução orçamentária, a fim de ampliar sua robustez analítica, previsibilidade regulatória e efetividade como instrumento de suporte à política pública audiovisual nacional.

III.3) Relatório nº 05/2025: Avaliação sobre o cumprimento dos requisitos de cálculo, aplicação e recolhimento dos créditos tributários decorrentes do inciso X do Art. 39, da Medida Provisória nº 2.228-1/2001, e dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993.

O trabalho examinou a conformidade e a robustez dos controles internos aplicáveis às contas vinculadas aos incentivos fiscais previstos nos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e no art. 39, X, da Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com foco na integridade da arrecadação, na regularidade das movimentações financeiras e na aderência aos marcos legais do fomento.

Verificou-se que a ANCINE dispõe de controles sistêmicos básicos capazes de registrar e acompanhar parte das operações das contas de recolhimento. Contudo, as análises evidenciaram fragilidades estruturais, procedimentais e normativas que prejudicam a conformidade legal, a governança e a segurança jurídica da política pública.

Entre os principais achados, destacaram-se: fragilidades na gestão contratual das tarifas bancárias cobradas pelo agente financeiro; descumprimento do prazo legal para recolhimento ao FSA de recursos não aplicados; deficiências na formalização processual e na padronização de fluxos; e ausência de verificação documental que assegure a rastreabilidade entre o fato gerador do incentivo, o valor declarado e o valor efetivamente depositado.

Embora tenham sido identificadas boas práticas relevantes — como a consistência de registros automáticos e a eficiência na análise dos projetos beneficiados — tais mecanismos mostraram-se insuficientes para neutralizar os riscos decorrentes das fragilidades estruturais observadas.

Concluiu-se pela necessidade de fortalecimento dos controles internos, de atualização normativa e de aprimoramento da governança do fomento indireto, a fim de assegurar maior integridade arrecadatória, conformidade legal e efetividade da política pública audiovisual.

III.4) Relatório nº 04/2025: Auditoria financeira e de conformidade em informações financeiras e contábeis registradas no SIAFI.

A análise das demonstrações contábeis e dos respectivos controles internos evidenciou avanços relevantes na governança financeira da ANCINE, especialmente no saneamento de distorções anteriormente identificadas em créditos a receber e na Dívida Ativa, cujos ajustes promoveram maior consistência e transparência das informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

No âmbito das recomendações emitidas em ciclos anteriores, constatou-se evolução significativa quanto à readequação metodológica dos registros, à revisão de classificações contábeis e ao aprimoramento das Notas Explicativas. Permanecem, contudo, pontos de atenção relacionados à mensuração de perdas em investimentos retornáveis, à segregação adequada de saldos contábeis em circulante e não circulante e ao correto abatimento de créditos parcelados, aspectos essenciais para assegurar exatidão, qualidade e tempestividade informacional.

Quanto aos Termos de Execução Descentralizada (TED), os registros contábeis mostraram-se compatíveis com o estágio de execução dos instrumentos analisados. No caso do TED nº 01-E/2023, as pendências inicialmente identificadas foram regularizadas após a atuação da Auditoria Interna, restando como oportunidade de melhoria o aperfeiçoamento dos fluxos de acompanhamento e encerramento tempestivo desses instrumentos.

As fragilidades mais relevantes concentraram-se no tratamento do Ativo Intangível, onde foram identificadas divergências materiais entre sistemas, ausência de memória de cálculo, inconsistências nos critérios de reconhecimento e mensuração e inexistência de metodologia formal de amortização, em desconformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Concluiu-se pela necessidade de consolidação da governança contábil e patrimonial, mediante formalização de procedimentos, fortalecimento dos controles e integração entre áreas técnicas e contábeis, a fim de elevar a confiabilidade, a rastreabilidade e a aderência normativa das demonstrações financeiras da Agência.

III.5) Análise da conformidade da Instrução do processo de Tomada de Contas Especial.

A Tomada de Contas Especial (TCE) é um procedimento administrativo formalizado, com rito próprio, instaurado para apurar a responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, a partir da apuração dos fatos, da quantificação do dano e da identificação dos responsáveis, a fim de obter o respectivo ressarcimento, conforme art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 98/2024.

Essa atividade contínua, prevista no PAINT/2025, visa submeter os autos à apreciação da CGU e, na sequência, ao Tribunal de Contas da União - TCU para julgamento.

A quantidade de processos analisados e pareceres emitidos pela AUD depende da quantidade de processos de TCE instaurados e remetidos pela Superintendência de Prestação de Contas da ANCINE.

Em 2025, foram emitidos 67 (sessenta e sete) pareceres de TCE pela Auditoria Interna, perfazendo o montante de R\$ 91.667.098,42 (noventa e um milhões seiscentos e sessenta e sete mil noventa e oito reais e quarenta e dois centavos) de potencial prejuízo ao erário federal atualizado com juros, à época da inscrição no Sistema e-TCE do TCU.

Quanto à motivação para a abertura desses processos, 53 (cinquenta e três) TCE se deve a “omissão no dever de prestar contas”, no valor de R\$ 72.645.195,06, 12 (doze) TCE em decorrência de “não comprovação da regular aplicação dos recursos públicos”, no valor de R\$ 14.901.985,52, 01 TCE em função de “não devolução dos valores arrestados judicialmente em conta bloqueada”, no valor de R\$ 3.539.267,51, e 01 TCE em virtude de “prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulta em dano ao erário”, no valor de R\$ 580.650,33.

A listagem das TCE instauradas pela ANCINE e encaminhadas aos órgãos de controle da União são atualizadas periodicamente e estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-prestacao-de-contas/supervisao-controle-e-correicao-1/tomada-de-contas-especial-tce>.

IV – Descrição de fatos relevantes que impactaram a execução dos serviços de auditoria

IV.1) Impactos positivos

Serviços de Auditoria

Em 2025, a Auditoria consolidou sua atuação não apenas como instância de controle, mas como agente estruturante de melhoria da governança e da gestão da ANCINE. Destacam-se os trabalhos realizados em áreas finalísticas centrais da Agência, como a auditoria da Base Parametrizada de Orçamentos, os exames relativos aos incentivos fiscais e aos recolhimentos vinculados ao FSA, bem como a auditoria sobre o cálculo e o retorno financeiro dos investimentos retornáveis. Essas atuações contribuíram para o fortalecimento da integridade arrecadatória, o aprimoramento da governança de dados e o aumento da segurança jurídica na aplicação dos recursos públicos.

No campo consultivo, sobressai a continuidade e o aperfeiçoamento do Projeto “Malha Fina ANCINE”, agora em seu ciclo 2025–2026, com assessoramento técnico direto da Auditoria Interna. O trabalho envolveu a evolução metodológica do modelo de análise baseada em riscos, com aprimoramento das trilhas automatizadas, refinamento das curvas de priorização e fortalecimento dos mecanismos de

mitigação de riscos prescritoriais. A atuação técnica da Auditoria foi decisiva para impulsionar o modelo como ferramenta estruturante de modernização da fiscalização e racionalização do tratamento do passivo de prestações de contas de projetos audiovisuais.

Paralelamente, a execução de 11 ações de assessoramento estratégico à Alta Administração revelou-se elemento central na melhoria da governança institucional. Essas ações abrangeram temas como metodologia ágil de análise de prestações de contas, registros contábeis do FSA, gestão de riscos, segurança da informação, fiscalização baseada em dados e apoio à implementação de soluções de inteligência artificial. O conjunto dessas iniciativas fortaleceu a capacidade decisória da Alta Gestão, promoveu maior integração entre áreas técnicas e ampliou a maturidade dos controles internos.

A amplitude e a diversidade das frentes de atuação — combinando avaliações técnicas em áreas sensíveis, consultorias estruturantes e assessoramento estratégico contínuo — culminaram em múltiplas melhorias na gestão, no aprimoramento de fluxos processuais, no fortalecimento da conformidade normativa e na elevação da capacidade institucional da Agência.

Desse modo, o exercício de 2025 evidencia uma Auditoria Interna integrada à estratégia institucional, orientada a riscos e comprometida com a geração de valor público, consolidando seu papel como instância técnica essencial para a modernização da gestão, a proteção do erário e o fortalecimento da política pública audiovisual.

Melhoria nos serviços internos executados pela AUD

No exercício de 2025, a Auditoria Interna da ANCINE concentrou esforços no aprimoramento contínuo de seus processos internos, com ênfase no fortalecimento do monitoramento de recomendações e na consolidação de sua maturidade institucional.

Houve continua evolução na sistemática de acompanhamento das recomendações expedidas, em alinhamento à Portaria CGU nº 3.805/2023, e maior integração com as unidades responsáveis pela implementação das medidas corretivas. A nova abordagem permitiu priorização mais eficiente das recomendações de maior criticidade, aumento da taxa de atendimento e fortalecimento da cultura de responsabilização e melhoria contínua.

Esse processo contribuiu diretamente para a consolidação e validação de benefícios decorrentes da atuação da Auditoria Interna, com registro de mais de **R\$ 141.162.074,96 milhões em benefícios financeiros** e **16 benefícios qualitativos**, relacionados à mitigação de riscos, aprimoramento de controles internos, correção de distorções contábeis e melhoria de processos finalísticos.

Como marco desse avanço institucional, destaca-se a validação externa do **Nível 2 do IA-CM**, certificada pela CGU, em parceria com o SERPRO. O reconhecimento atesta a institucionalização de processos estruturados de planejamento, execução, monitoramento e gestão da qualidade, evidenciando a maturidade da UAIG da ANCINE e reforçando sua atuação alinhada às melhores práticas de auditoria governamental na administração pública federal.

Ações de Capacitação e Disseminação de conhecimento

Ao longo de 2025, a Auditoria Interna da ANCINE não apenas promoveu a qualificação contínua de sua equipe como também atuou como disseminadora de conhecimento e boas práticas no campo da auditoria e da governança públicas.

Internamente, foram ministradas capacitações técnicas regulares para 100% dos membros da unidade, com foco em auditoria baseada em riscos, controles internos, contabilidade pública, análise de dados, inteligência artificial e temas estratégicos, em conformidade com o art. 35 do Estatuto da Auditoria Interna.

Externamente, a Auditoria Interna contribuiu para o fortalecimento do debate técnico e da capacitação profissional por meio de participações, como palestrante, em eventos de relevo na área de auditoria e gestão públicas. Dentre as oportunidades de intercâmbio e compartilhamento de conhecimento, destacam-se:

- CONBRAI – Congresso Brasileiro de Auditoria Interna: um dos maiores eventos da área na América Latina que, em sua 45ª edição, foi realizado em formato híbrido no final de 2025, e reuniu especialistas e debatedores sobre o papel estratégico da auditoria interna na governança corporativa e pública, ampliando o diálogo entre o setor público e a comunidade profissional de auditoria.
- Seminário Internacional do Tribunal de Contas da União (TCU): fórum que discute tendências e desafios da auditoria pública em um contexto global, proporcionando intercâmbio de experiências com auditores, pesquisadores e gestores de várias instituições.
- Participações em fóruns e seminários técnicos como o FONAI – Fórum Nacional de Auditoria Interna, com debates sobre metodologias de controle e integridade, e eventos de inovação e gestão como o RIO2C, que conectam profissionais públicos e privados em temas relacionados à tecnologia e à transformação digital.
- Realização e apoio a cursos de formação técnica sobre gestão de riscos e controles para órgãos da administração pública, incluindo capacitações voltadas ao Ministério da Cultura (MinC) e outras instâncias, reforçando a cultura de gestão baseada em evidências e identificação antecipada de riscos.

Essas atividades de disseminação de conhecimento contribuíram para elevar o perfil técnico da equipe da Auditoria Interna, fortalecer a imagem da ANCINE como referência em práticas de auditoria governamental e promover maior integração entre a Auditoria Interna da UAIG e os principais fóruns profissionais do país.

IV.2) Impactos negativos

Ao longo de 2025, a amplitude e a complexidade dos temas tratados pela Auditoria Interna, especialmente nas áreas finalísticas e estratégicas da ANCINE, impuseram desafios operacionais relevantes à execução tempestiva de alguns trabalhos. A natureza estruturante de determinadas auditorias e serviços de consultoria — que demandaram interação intensiva com áreas técnicas, análise aprofundada de bases de dados e revisão de fluxos institucionais — implicou ajustes nos cronogramas originalmente estabelecidos.

Em especial, os serviços consultivos voltados à modernização de processos e à implementação de melhorias estruturais exigiram maior envolvimento das equipes técnicas da Agência, impactando prazos inicialmente previstos e demandando reprogramações pontuais para assegurar maior consistência metodológica e qualidade dos encaminhamentos e das conclusões apresentadas.

Tais circunstâncias evidenciam o desafio inerente à conciliação entre profundidade técnica, participação colaborativa das áreas auditadas e cumprimento rigoroso de prazos. Contudo, os eventuais ajustes de cronograma foram conduzidos de forma planejada e transparente, sem comprometimento substancial das entregas previstas no PAINT.

O diálogo contínuo com as unidades técnicas e a priorização estratégica das atividades permitiram mitigar os impactos operacionais identificados, mantendo-se elevado nível de execução dos serviços programados e preservando a qualidade e a integridade das análises realizadas. Assim, os desafios enfrentados não comprometeram o desempenho global da UAIG da ANCINE no exercício de 2025, mas reforçaram a necessidade de constante aperfeiçoamento e adaptação no planejamento e na gestão de prazos em ambientes dinâmicos de alta complexidade institucional.

V – Quadro demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da Auditoria Interna ao longo do exercício

A Auditoria Interna da ANCINE orienta sua atuação pela geração de valor público, buscando contribuir de forma efetiva para o fortalecimento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da Agência. Em consonância com a Instrução Normativa SFC/CGU nº 3/2017, a UAIG registra e consolida os resultados decorrentes de seus trabalhos, evidenciando benefícios mensuráveis e melhorias estruturais implementadas a partir de suas recomendações.

Nos termos da Instrução Normativa SFC/CGU nº 10/2020, os resultados da atuação da Auditoria Interna classificam-se em benefícios financeiros e benefícios não financeiros. Os benefícios financeiros compreendem valores recuperados, incrementos de receita e gastos evitados ou reduzidos, enquanto os benefícios não financeiros referem-se a aprimoramentos nos processos, normativos, controles internos e mecanismos de governança.

Ao longo de 2025, a Auditoria Interna manteve atuação sistemática no monitoramento das recomendações expedidas, com abordagem estruturada de classificação e análise de riscos. Ao final do exercício, permaneciam em acompanhamento 82 recomendações, distribuídas entre as Secretarias de Gestão Interna (44), de Financiamento (26) e de Regulação (12). A análise técnica demonstrou concentração significativa de recomendações classificadas como risco alto e muito alto, especialmente nas áreas finalísticas da Agência.

No âmbito da Secretaria de Financiamento, destacam-se recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da análise de cumprimento do objeto de projetos audiovisuais e ao fortalecimento dos controles sobre a aplicação de recursos incentivados. As recomendações classificadas como risco muito alto evidenciam potenciais impactos financeiros, operacionais e reputacionais, incluindo riscos de glosas inconsistentes, pagamentos indevidos e fragilidades na verificação da efetiva entrega do objeto pactuado.

Na Secretaria de Gestão Interna, os riscos associados concentram-se principalmente em governança patrimonial, registros contábeis e formalização de responsabilidades administrativas. A ausência de controles plenamente institucionalizados pode gerar distorções contábeis relevantes, fragilidades na rastreabilidade de ativos e exposição da Agência a riscos de integridade e responsabilização.

No que tange à Secretaria de Regulação, as recomendações pendentes envolvem riscos relacionados à ordem de análise processual, à cobrança de créditos e à segurança jurídica de atos administrativos, com potenciais reflexos na arrecadação, na regularidade dos registros e na previsibilidade regulatória.

O monitoramento realizado não se limita à verificação formal de cumprimento, mas incorpora análise de risco institucional, priorização técnica e comunicação direta às áreas responsáveis, reforçando o papel da Auditoria Interna como instância indutora de melhorias estruturais e mitigadora de riscos relevantes.

Benefícios financeiros

Em 2025, a Auditoria Interna contabilizou três benefícios financeiros decorrentes de suas ações de auditoria e consultoria, **totalizando R\$ 141.162.074,96**. Os benefícios foram reconhecidos a partir de evidências formais de implementação pelas unidades responsáveis e classificados conforme sua natureza econômica e impacto institucional.

Os resultados foram assim consolidados:

Eliminação de desperdícios, redução de custos administrativos ou incremento da eficiência, eficácia ou efetividade de programas de governo: R\$ 140.704.542,40

Incremento da receita / recuperação de valores: R\$ 457.532,56

Os valores demonstram a contribuição direta da Auditoria Interna para a otimização dos recursos públicos, mitigação de riscos financeiros e racionalização de despesas administrativas da ANCINE.

Destaca-se, entre os benefícios apurados, o resultado financeiro decorrente da implementação de metodologia de análise otimizada para processos potencialmente prescritos, no âmbito do Projeto Malha Fina ANCINE, que representou impacto estimado de **R\$ 139.142.980,00**. A medida permitiu eliminação de desperdícios e redução de custos administrativos com a priorização técnica do passivo com risco prescricional, mitigando potenciais perdas financeiras e fortalecendo a segurança jurídica da atuação institucional.

Também merece destaque a supressão de contrato administrativo de vigilância e segurança patrimonial, com redução do valor contratual e economia efetiva de **R\$ 1.561.562,40**, resultado de atuação preventiva orientada à eficiência e à racionalização de despesas.

Adicionalmente, a implementação do Modelo Malha Fina ANCINE viabilizou o recolhimento de **R\$ 457.532,56**, referentes a recursos depositados em contas correntes de projetos audiovisuais sem utilização, reforçando o controle sobre saldos ociosos e a regularidade financeira das operações.

O conjunto dos benefícios financeiros registrados em 2025 evidencia o impacto concreto da Auditoria Interna na proteção do erário, na eficiência administrativa e no fortalecimento da governança financeira da Agência.

Quadro 3 – Benefícios Financeiros 2025

Classe	Quantidade de Recomendações / Ações	Valor – R\$
Eliminação de desperdícios, redução de custos administrativos ou incremento da eficiência, eficácia ou efetividade de programas de governo	2	140.704.542,40
Incremento da receita / recuperação de valores	1	457.532,56
Total	3	141.162.074,96

Fonte: Elaborado pela Auditoria Interna / ANCINE.

Benefícios não-financeiros (qualitativos)

Por sua vez, foram apurados **16 benefícios não financeiros (qualitativos)** decorrentes da atuação da Auditoria Interna, todos implementados pelas unidades responsáveis e associados ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos, da transparência e dos controles internos da ANCINE.

Os benefícios identificados distribuem-se nas dimensões **Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos (10) e Missão, Visão e/ou Resultado (06)**, refletindo impacto tanto estrutural quanto estratégico sobre a atuação institucional da ANCINE. As melhorias implementadas contribuíram diretamente para o fortalecimento da confiabilidade das informações contábeis, da segurança da informação, da integridade processual e da qualidade da instrução administrativa, além de promoverem maior aderência às normas aplicáveis e aprimoramento dos controles internos.

Parte significativa dessas ações produziu repercussão institucional ampliada, especialmente no que se refere à transparência e à fidedignidade das demonstrações contábeis, elevando o grau de confiança nas informações disponibilizadas à sociedade e aos órgãos de controle, assim como reforçando os mecanismos de *accountability* da Agência.

Quadro 4 – Benefícios Não Financeiros 2025

Dimensão	Repercussão	Quantidade de Recomendações / Ações
Missão, Visão e/ou Resultado	Transversal	4
	Estratégica	2
Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos	Estratégica	1
	Tático/Operacional	9
Total		16

Fonte: Elaborado pela Auditoria Interna / ANCINE.

Entre os benefícios qualitativos apurados em 2025, destacam-se avanços estruturais na governança de dados e na segurança da informação, com o aprimoramento do Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI), a aprovação da Política de Governança de Dados, a instituição de arcabouço normativo para backup e o mapeamento e classificação dos ativos de informação, fortalecendo a proteção e a integridade dos dados institucionais.

No âmbito processual, houve melhoria dos fluxos internos com inclusão obrigatória de revisão jurídica, saneamento de impropriedades e qualificação da instrução processual, além do aperfeiçoamento do acompanhamento financeiro de projetos financiados com recursos públicos e da estruturação de metodologia otimizada para análise de processos potencialmente prescritos, gerando ganhos operacionais e maior racionalidade no tratamento do passivo.

Na dimensão contábil e patrimonial, os resultados contribuíram para a ampliação da transparência e da fidedignidade das demonstrações contábeis, com aprimoramento das notas explicativas, ajustes relevantes na Dívida Ativa (incluindo registros da ordem de R\$ 294 milhões), implementação de ajustes para perdas tributárias e não tributárias, expurgo de créditos prescritos e regularização patrimonial de bens, fortalecendo a confiabilidade das informações e a aderência às normas aplicáveis ao setor público.

Assim, em 2025, os trabalhos desenvolvidos e as melhorias implementadas pela Auditoria Interna trouxeram benefícios significativos e concretos para a ANCINE, nas esferas financeira e qualitativa. Essas ações fortaleceram a eficácia e eficiência dos processos e operações, aprimorando a governança, o gerenciamento de riscos e os controles internos. Como resultado, a Agência ganhou mais segurança, transparência e eficiência, impulsionando o desenvolvimento de suas atividades de forma mais estruturada e eficaz.

VI – Resultados do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade – PGMQ

Inicialmente, salienta-se que a Auditoria Interna da ANCINE mantém formalizado e em plena execução o seu Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade (PGMQ), instituído por meio da Portaria ANCINE nº 525-E, de 08 de março de 2021, com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo da atividade de auditoria interna governamental no âmbito da Agência. O programa encontra-se alinhado ao Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU nº 3/2017 e contempla todas as etapas do ciclo da auditoria, desde o planejamento até o monitoramento das recomendações emitidas.

O PGMQ constitui instrumento estruturante para assegurar que a Auditoria Interna atue de forma sistemática, orientada a riscos, com qualidade técnica e aderência às melhores práticas nacionais e internacionais. Nesse contexto, as ações desenvolvidas em 2025 reforçaram o compromisso institucional com a excelência, a transparência e a evolução da maturidade da UAIG.

VI.1) Monitoramento dos serviços de Auditoria e verificação da qualidade dos trabalhos

Em 2025, o monitoramento sistemático dos serviços de auditoria foi mantido como prática institucional permanente. Foram realizados registros mensais das atividades executadas, com acompanhamento do indicador geral de eficiência da equipe na realização dos trabalhos previstos no PAINT e das demandas extraordinárias incorporadas ao longo do exercício.

Todos os trabalhos de avaliação concluídos passaram por verificação formal de qualidade, contemplando análise de aderência metodológica, consistência técnica dos achados, clareza das recomendações, fundamentação normativa e alinhamento às questões de auditoria previamente estabelecidas. Esse procedimento assegurou padronização dos produtos entregues e uniformidade na aplicação das técnicas de auditoria.

Além disso, a atividade de monitoramento das recomendações foi conduzida de forma estruturada, com classificação de riscos e priorização técnica, reforçando a lógica de supervisão contínua da implementação das melhorias propostas. O acompanhamento sistemático permitiu identificar não apenas o grau de cumprimento das recomendações, mas também os riscos institucionais associados à sua eventual não implementação, fortalecendo a governança e a *accountability* da Agência.

VI.2) Avaliação da importância dos trabalhos pela Alta Gestão

Como parte integrante do PGMQ, como ocorre anualmente, foi realizada em 2025 avaliação formal da percepção da Alta Administração quanto à relevância e qualidade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna.

Os questionários aplicados à Diretoria Colegiada demonstraram grau máximo de concordância em todos os eixos avaliados. Houve concordância quanto às seguintes afirmações:

- A atividade de auditoria interna contribui satisfatoriamente para a melhoria da eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos da Agência;
- Os trabalhos realizados abordam temas relevantes para a ANCINE;
- Os relatórios fornecem suporte adequado à tomada de decisão da Diretoria Colegiada;
- As recomendações emitidas contribuem para o alcance dos objetivos institucionais;
- A atividade de auditoria interna gera benefícios concretos à Agência; e
- A atuação da Auditoria Interna atende às expectativas da Diretoria Colegiada.

Tal resultado evidencia reconhecimento institucional da utilidade, relevância estratégica e qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos. Esse *feedback* confirma que a Auditoria Interna não atua apenas como instância de verificação, mas como parceira estratégica da gestão, contribuindo efetivamente para decisões estruturantes e para o aprimoramento das políticas públicas executadas pela ANCINE.

VI.3) Validação externa e obtenção do Nível 2 do IA-CM

Em 2025, alinhado com o art. 31, §2º, do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada nº 103, de 13 de outubro de 2020, a Auditoria Interna da ANCINE alcançou marco institucional de elevada relevância em sua trajetória de fortalecimento e amadurecimento organizacional: a validação externa de sua autoavaliação no IA-CM, com posicionamento formal no Nível 2 – Infraestrutura.

A validação foi conduzida pela Auditoria Interna do SERPRO, instituição reconhecida pela CGU para realização desse tipo de avaliação externa independente. O relatório conclusivo, emitido em 27 de maio de 2025, atestou que a Auditoria Interna da ANCINE consolidou políticas, processos e práticas estruturadas e implementadas, assegurando consistência metodológica, formalização de rotinas e alinhamento da função de auditoria interna aos padrões mínimos de desempenho profissional estabelecidos para o setor público.

O resultado decorre de processo estruturado iniciado com a institucionalização do PGMQ, instituído pela Portaria ANCINE nº 525-E, de 8 de março de 2021, e conduzido em conformidade com o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU nº 3/2017, bem como com as orientações da Portaria CGU nº 777/2019 e da Portaria CGU nº 2.823/2024, que recomendam a utilização do IA-CM como instrumento de avaliação da maturidade das UAIGs.

Em 2024, foi realizada autoavaliação abrangente da unidade, com verificação detalhada do atendimento aos requisitos do modelo. Os resultados foram formalmente submetidos à validação externa, conforme previsto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 103, de 13 de outubro de 2020. A certificação obtida em 2025 confirma que a Auditoria Interna da ANCINE atingiu patamar de maturidade no qual os processos estão institucionalizados, documentados, replicáveis e alinhados às boas práticas nacionais e internacionais.

O IA-CM, desenvolvido pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), constitui referência internacional para avaliação da capacidade das funções de auditoria interna no setor público, estruturando cinco níveis progressivos de maturidade. O Nível 2 – Infraestrutura, alcançado pela ANCINE, demonstra que a Auditoria Interna dispõe de práticas consistentes, planejamento baseado em riscos, execução

padronizada de auditorias, monitoramento estruturado de recomendações e mecanismos formais de gestão da qualidade, contribuindo de forma efetiva para o fortalecimento da governança, dos controles internos e da transparência institucional.

No contexto do Poder Executivo Federal, poucas UAIGs encontram-se posicionadas no Nível 2 do IA-CM, segundo informações da própria CGU. A ANCINE, portanto, passa a integrar grupo restrito de instituições públicas que evidenciaram evolução concreta e validada externamente quanto à maturidade de sua função de auditoria.

Como desdobramento natural desse avanço, foi elaborado Plano de Ação estruturado com vistas à progressão ao Nível 3 – Integrado, etapa que exige maior integração da auditoria com a gestão estratégica, ampliação do uso de dados e fortalecimento do papel consultivo e preditivo da função de auditoria interna.

A validação externa do Nível 2 do IA-CM reafirma o compromisso da Auditoria Interna da ANCINE com as melhores práticas de auditoria governamental, com o aprimoramento contínuo de seus processos e com o fortalecimento da governança e da integridade institucional, em benefício da sociedade e do setor audiovisual brasileiro.

Os resultados do PGMQ no exercício de 2025 evidenciam a consolidação de um modelo de atuação baseado em práticas institucionalizadas, monitoramento contínuo, padronização metodológica e foco permanente no aprimoramento da qualidade dos serviços de auditoria interna governamental.

A manutenção de rotinas sistemáticas de supervisão e verificação da qualidade dos trabalhos, associada à estruturação do monitoramento de recomendações com abordagem orientada a riscos, reforça o caráter estruturante do PGMQ como instrumento de governança interna da UAIG. Esse processo contribuiu para assegurar consistência técnica dos produtos, uniformidade na aplicação de procedimentos, rastreabilidade dos achados e robustez na formulação das recomendações, com reflexos diretos na credibilidade institucional da Auditoria Interna.

Adicionalmente, a avaliação formal da Alta Administração, com manifestação de concordância da Diretoria Colegiada quanto à relevância, utilidade e contribuição dos trabalhos executados, confirma a aderência da atuação da Auditoria Interna às prioridades estratégicas da Agência e sua efetiva capacidade de apoiar a tomada de decisão, fortalecer controles internos e induzir melhorias na governança e na gestão de riscos.

Como marco evolutivo, destaca-se a validação externa do Nível 2 – Infraestrutura do IA-CM, realizada em 2025, que atesta o amadurecimento da função de auditoria interna na ANCINE e a institucionalização de políticas, processos e práticas alinhadas a padrões mínimos de desempenho profissional. A certificação, somada ao fortalecimento contínuo do PGMQ, intensifica a posição da Auditoria Interna como instância técnica estruturada, orientada por boas práticas e comprometida com a geração de valor público.

Nesse contexto, o exercício de 2025 não encerra um ciclo, mas consolida base sólida para a continuidade do desenvolvimento institucional rumo ao Nível 3 do IA-CM, com maior integração da função de auditoria aos processos estratégicos, ampliação do uso de evidências e dados e fortalecimento do papel consultivo e indutor de melhorias estruturais. Assim, a Auditoria Interna reafirma seu compromisso com a melhoria contínua, com a transparência, com a integridade e com o fortalecimento da governança institucional da ANCINE, em benefício da sociedade e da política pública do audiovisual nacional.

VII – Considerações finais

O presente RAI NT consolida os resultados da atuação da UAIG da ANCINE no exercício de 2025, evidenciando a execução das ações previstas no PAINT, a absorção de demandas estratégicas supervenientes e os principais efeitos institucionais decorrentes dos trabalhos realizados.

No período, a Auditoria Interna demonstrou elevada capacidade operacional e maturidade institucional ao equilibrar atividades finalísticas (avaliações, consultorias e assessoramentos) com atividades estruturantes (monitoramento de recomendações, capacitação e gestão da qualidade), mantendo aderência às normas aplicáveis e foco consistente na geração de valor público. A execução de auditorias em temas centrais da Agência — como desenvolvimento de projetos audiovisuais, base parametrizada de orçamentos, incentivos fiscais, auditoria financeira e conformidade contábil-patrimonial, além de iniciativas de fiscalização baseada em risco — reforça a orientação estratégica da UAIG e sua atuação sobre objetos de alta relevância, materialidade e impacto.

Destaca-se, igualmente, a capacidade adaptativa da unidade ao incorporar e conduzir, por solicitação da Alta Administração, demanda consultiva de natureza estruturante no âmbito do Projeto Malha Fina ANCINE (ciclo 2025–2026), com foco em modernização da análise de prestações de contas, uso de inteligência artificial, priorização técnica e mitigação de riscos prescritivos. A atuação contínua da Auditoria Interna nesse projeto, somada às ações de assessoramento estratégico realizadas ao longo do exercício, evidencia o papel da UAIG como instância de avaliação e, também, como agente indutor de melhorias e de racionalização de processos decisórios, em alinhamento às prioridades institucionais.

No campo de resultados, a atuação de monitoramento consolidou-se como instrumento efetivo de indução à melhoria contínua, com foco na implementação de recomendações e na mitigação de riscos relevantes associados às áreas finalísticas e de suporte da Agência. A sistemática de acompanhamento, aliada ao registro de benefícios financeiros e não financeiros conforme os normativos da CGU, demonstra a contribuição concreta da Auditoria Interna para a proteção do erário, a eficiência administrativa, o aprimoramento de controles internos e a elevação da qualidade da informação utilizada na gestão.

Por fim, o exercício de 2025 registra avanço preponderante no fortalecimento institucional da Auditoria Interna, com a validação externa do Nível 2 do IA-CM, resultado que atesta a institucionalização de processos estruturados de planejamento, execução, monitoramento e qualidade, reforçando a credibilidade da UAIG perante a Alta Administração e os órgãos de controle. Esse marco, associado à continuidade do PGMQ e à busca por progressão de maturidade, consolida bases sólidas para evolução futura, com aprofundamento de práticas integradas, orientação por dados e fortalecimento do papel estratégico da Auditoria Interna.

Dessa forma, conclui-se que a atuação da UAIG em 2025 contribuiu de maneira efetiva para o aprimoramento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da ANCINE, com entregas alinhadas ao planejamento estratégico, capacidade de resposta a prioridades emergentes e resultados mensuráveis na melhoria de processos e na sustentabilidade das políticas públicas do setor audiovisual brasileiro.

VIII – Encaminhamentos

Dado o exposto, submetemos o presente RAI/NT/2025 para o Auditor-Chefe.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de Março de 2026.

BENNY KESSEL
Assessor da Auditoria Interna

ROGÉRIO PEREIRA GUIMARÃES
Especialista em Regulação

DANIELLE CHAGAS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria Interna de
Gestão Finalística

ALAN RIBEIRO MILAGRES
Coordenador de Auditoria Interna de Gestão
Administrativa

TERENCE MACHADO BOINA
Auditor-Chefe Adjunto

De acordo.

Encaminhe-se o RAI/NT/2025 à Diretoria Colegiada da ANCINE, nos termos do art. 12 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/21 e do art. 11, XVIII, do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada ANCINE nº 103/2020.

Posteriormente, deverá ser providenciado o envio, pela AUD, à CGU, em cumprimento ao disposto no art. 13 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021. Após apreciação da Diretoria Colegiada, proceda-se à divulgação deste Relatório no sítio eletrônico da Agência na internet, em consonância com o art. 14 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021.

Brasília/DF, 15 de Março de 2026.

JOSÉ PAULO JULIETI BARBIERE
Auditor-Chefe

